

**Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das
Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de
Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo**

1.ª Reunião
(11 de fevereiro de 2014)

SUMÁRIO

A Sr.ª Presidente da Assembleia da República (Maria da Assunção Esteves) declarou aberta a reunião às 16 horas e 5 minutos.

Procedeu-se à tomada de posse dos membros da Comissão e à indicação do Presidente e dos Vice-Presidentes da Mesa, bem como à indicação dos Deputados coordenadores de cada grupo parlamentar.

A Sr.ª Presidente (Maria de Belém Roseira) encerrou a reunião eram 16 horas e 36 minutos.

A Sr.^a **Presidente da Assembleia da República** (Maria da Assunção Esteves): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, está aberta a reunião.

Eram 16 horas e 5 minutos.

Srs. Deputados, Srs. Jornalistas, como todos sabem, estamos aqui para dar posse aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída por resolução da Assembleia da República, publicada no dia 27 de janeiro de 2014, e que resultou de um requerimento potestativo, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, do PCP, do Bloco de Esquerda e de Os Verdes.

Sabemos todos que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem por objeto o apuramento das responsabilidades pelas decisões que conduziram ao processo de subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Como todos sabem, também, a composição da Comissão Parlamentar distribui-se do seguinte modo: cabe ao PSD o número de 7 Deputados efetivos e 2 suplentes; ao PS, 5 Deputados efetivos e 2 suplentes; ao CDS-PP, 2 Deputados efetivos e 1 suplente; ao PCP, 2 Deputados efetivos e 1 suplente; e, ao Bloco de Esquerda, 1 Deputado efetivo e 1 suplente.

De acordo com o que foi decidido, é o Partido Socialista que indica o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo que peço aos Srs. Deputados do Partido Socialista o favor de o indicarem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Fão.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Sr. ^a Presidente, o Partido Socialista indica, para presidir a esta Comissão, a Sr.^a Deputada Maria de Belém Roseira.

A Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr.^a Deputada, tenho muito gosto em que tome o lugar na Mesa. Muitos parabéns e muitas felicidades.

A Sr.^a **Presidente** (Maria de Belém Roseira): — Muito obrigada, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente da Assembleia da República**: — Srs. Deputados, passo a indicar os membros efetivos integrantes da Comissão, o que implica a sua posse: Srs. Deputados Afonso Oliveira, Ângela Guerra, Eduardo Teixeira, Fernando Negrão, Jorge Paulo Oliveira, Mónica Ferro e Nuno Sá Costa, do PSD; Srs. Deputados Agostinho Santa, António Gameiro, Jorge Fão, Maria de Belém de Roseira, que já faz parte da Comissão como Presidente, e Rui Paulo Figueiredo, do PS; Srs. Deputados Abel Baptista e Otilia Ferreira Gomes, do CDS-PP; Srs. Deputados António Filipe e Carla Cruz, do PCP; e Sr.^a Deputada Mariana Aiveca, do BE.

Indicarei, agora, os membros suplentes da Comissão: Srs. Deputados Carlos Abreu Amorim e Odete Silva, do PSD; Srs. Deputados Rui Pedro Duarte e Sandra Pontedeira, do PS; Sr. Deputado João Rebelo, do CDS-PP; Sr. Deputado Jorge Machado, do PCP; e Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, do Bloco de Esquerda.

Creio que não falhei nenhum nome, mas, se falhei, peço o favor de mo indicarem.

Tenho já ao meu lado a Sr.^a Deputada Maria de Belém e vamos, neste momento, assinar o termo de posse.

Pausa.

Srs. Deputados, a Comissão Parlamentar de Inquérito está empossada.

Quero apenas desejar a todos bom trabalho e, do mesmo modo e do mesmo passo, que a Comissão parlamentar cumpra os seus desígnios constitucionais, que, na sua constituição *sui generis* de Comissão Parlamentar, mas também de inquérito, cumpra os deveres que a Constituição comete aos seus membros, para honrarmos não apenas a democracia, mas todo o sistema constitucional no seu conjunto, que, como sabem, assinala a esta espécie de comissões uma natureza especial de indagação da verdade objetiva, que cabe a todos respeitar.

Desejo a todos muito bom trabalho e contem comigo. Felicidades à Sr.^a Deputada Maria de Belém.

A Sr.^a **Presidente**: — Agradeço à Sr.^a Presidente da Assembleia da República pela sua presença, que nos prestigia a todos, e pelas palavras que nos dirige.

Tratando-se de uma comissão de inquérito que vai funcionar praticamente até ao fim da presente sessão legislativa e que vai coincidir com a celebração dos 40 anos do 25 de Abril, que é o mesmo que dizer do Portugal democrático, falando em nome de todos os meus colegas, tenho a certeza de que honraremos esta Casa, este Parlamento e, sobretudo, a democracia portuguesa. Penso que deve ser esta a nossa convicção.

Mais uma vez, agradeço a sua presença, Sr.^a Presidente.

Neste momento, a Sr.^a Presidente da Assembleia da República, Maria da Assunção Esteves, abandonou a sala de reuniões.

Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, muito obrigada pela responsabilidade que me atribuem, embora no âmbito do funcionamento regimental. Farei o possível e tudo o que estiver ao meu alcance para as reuniões da Comissão funcionarem dentro do que é esperado, relativamente a nós próprios. Penso que temos uma grande oportunidade para mostrar como se trabalha e como bem se trabalha nesta Casa. Todos devemos esforçar-nos nesse sentido.

Dando início a esta reunião, e cabendo a Vice-Presidência da Comissão ao CDS-PP e ao PSD, pergunto se me indicam o nome do Vice-Presidente, para podermos dar início aos trabalhos e formalizar estes registos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr.^a Presidente, se me permite, umas palavras iniciais de congratulação por ter sido indicada como Presidente desta Comissão. Tenho a certeza de que vai ser o início de um trabalho com alguém com uma enorme experiência parlamentar, com grande sentido de isenção e, portanto, estou certo de que teremos um trabalho profícuo e importante, no que se refere à grande responsabilidade que é, sem dúvida, sempre, a de uma comissão de inquérito.

Sr.^a Presidente, a Vice-Presidente indicada pelo PSD é a Sr.^a Deputada Mónica Ferro.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Peço à Sr.^a Deputada Otilia Ferreira Gomes que me indique o Vice-Presidente proposto pelo CDS-PP.

A Sr.^a **Otilia Ferreira Gomes** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, também me congratulo com o facto de a Sr.^a Presidente assumir a presidência desta Comissão e indico, como Vice-Presidente, o Sr. Deputado Abel Baptista.

A Sr.^a **Presidente**: — Vou agora fazer uma ronda pelos partidos para indicarem os respetivos coordenadores.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr.^a Presidente, o coordenador serei eu próprio.

A Sr.^a **Presidente**: — Desejo também, através do Sr. Deputado, como coordenador do PSD, que é o grupo maioritário nesta Casa, que possamos ter um bom trabalho de articulação, no domínio da relevância e importância de uma comissão de inquérito, e de justificação da existência deste instrumento ao serviço da Assembleia da República e, sobretudo, ao serviço do apuramento da verdade.

Pergunto, agora, ao Sr. Deputado Jorge Fão quem vai ser o coordenador do PS.

O Sr. **Jorge Fão** (PS): — Sr.^a Presidente, embora não lhe seja possível estar hoje presente, o Deputado António Gameiro coordenará o grupo de Deputados do Partido Socialista.

A Sr.^a **Presidente**: — Da parte do CDS, quem coordenará, Sr. Deputado Abel Baptista?

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, em meu nome pessoal e do Grupo Parlamentar do CDS-PP, terei muito gosto em colaborar com a Sr.^a Presidente, como Vice-Presidente e também como coordenador do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr.^a Deputada Carla Cruz, quem é que coordena, da parte do PCP?

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP) — Sr.^a Presidente, também aproveito para cumprimentá-la, assim como aos Srs. Deputados que fazem parte desta Comissão de Inquérito.

O PCP indica para coordenador o Deputado António Filipe.

A Sr.^a **Presidente**: — Quem será o coordenador do Bloco de Esquerda, Sr.^a Deputada Mariana Aiveca?

A Sr.^a **Mariana Aiveca** (BE): — Sr.^a Presidente, gostaria de dizer umas palavras simpáticas relativamente à presidência e, também, às vice-presidências desta Comissão de Inquérito, onde o número de mulheres é expressivo, e ainda bem, num tema tão importante como este.

Assim, endereço às Sr.^{as} Deputadas que ocupam estes cargos as maiores felicidades e desejo que tudo corra como, com certeza, a vossa grande capacidade permite.

Devo dizer ainda, Sr.^a Presidente, que serei eu a coordenadora de mim mesma.

A Sr.^a **Presidente**: — Agradeço as suas palavras, Sr.^a Deputada.

Feita esta indicação formal dos coordenadores, vamos apenas tentar fixar alguns aspetos que, se preferirem, podem ser remetidos para reunião de coordenadores.

De acordo com o apuramento que os serviços me permitiram fazer, teremos de fixar dias e horas das reuniões. Iria propor-vos que fixássemos as terças, as quartas e as quintas-feiras, sendo que me parece que, às quartas e quintas-feiras, deveremos solicitar autorização à Sr.^a Presidente da Assembleia da República para nos reunirmos a partir das 17 horas, sob pena de os nossos trabalhos se prolongarem para muito tarde.

Gostaria de vos auscultar sobre a hipótese de, havendo sempre reuniões de comissões às terças-feiras, as nossas reuniões serem feitas às terças-feiras de manhã, porque isso permitir-nos-ia avançar um pouco os nossos trabalhos.

Se quiserem pensar sobre esta questão, poderemos marcar numa reunião só com os coordenadores para acertar estes pontos.

Pela auscultação que fiz relativamente à agenda dos Srs. Deputados, parece que há dificuldade em iniciar os trabalhos já esta semana e, portanto, podemos aproveitar este período para acertar alguns pormenores em reunião de coordenadores, com a presença dos serviços da Assembleia, para fixarmos todos os procedimentos.

Na próxima semana decorrem as Jornadas Parlamentares do PCP, o que significa que, na terça-feira, não será possível reunir e, na semana seguinte, teremos as Jornadas Parlamentares do PS. Portanto, à partida, temos duas terças-feiras impraticáveis, o que significa que, na semana imediatamente a seguir, que já será em março, penso eu, precisamos de reunir mesmo de manhã, para não atrasarmos os trabalhos ou,

eventualmente, à tarde, caso os Srs. Deputados tenham responsabilidade de presidência ou de participação noutras comissões. Mas, depois, ajustamos isto em reunião de coordenadores.

O Sr. Deputado Abel Baptista concorda?

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Sim, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Entretanto, Srs. Deputados, vamos ter necessidade de um regulamento da Comissão e poderia distribuí-lo na primeira reunião formal que tivéssemos, sem prejuízo de o acertar primeiro na reunião de coordenadores.

Na mesma reunião de coordenadores acertaremos também se vamos ou não utilizar a metodologia de questionário indicativo, mas peço aos Srs. Deputados para refletirem sobre isso, para que, depois, nessa reunião, haja grande operacionalidade.

Quero lembrar que, no decurso das primeiras cinco reuniões, vamos ter de escolher relator ou relatora e, também, logo veremos se haverá necessidade de criar um grupo específico para algumas matérias, mas penso que é melhor acertarmos isso em reunião de coordenadores.

Nessa mesma reunião, teremos, ainda, de refletir e decidir sobre se haverá ou não prazo para apresentação de propostas de audição, por parte dos vários grupos parlamentares, para podermos ir fazendo a calendarização e avisar as pessoas que entendermos que serão ouvidas, no sentido de, elas próprias, programarem também a sua vida, dada a grande solenidade destas audições, a necessidade que as pessoas têm de se preparar para elas e até, eventualmente, a necessidade que a própria Comissão de Inquérito tenha de se habilitar com documentos que

disponibilizará aos vários grupos parlamentares, de modo a que se possam preparar para essas audições.

Se as Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados estivessem de acordo, procederíamos deste modo.

Quero, ainda, informar que, dentro daquilo que o regime das comissões de inquérito impõe, a Sr.^a Procuradora-Geral da República, na sequência de carta da Sr.^a Presidente da Assembleia, já deu conhecimento de que vai proceder à recolha dos elementos pertinentes e necessários para a informação a prestar, ao abrigo da legislação das comissões de inquérito. Portanto, mal me seja remetida qualquer documentação da Procuradoria-Geral da República dá-la-ei a conhecer às Sr.^{as} Deputadas e aos Srs. Deputados membros desta Comissão.

Tem a palavra, Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr.^a Presidente, peço desculpa, não o tenho completamente presente, mas a ideia que tenho é a de que as comissões de inquérito não precisam de pedir autorização à Sr.^a Presidente da Assembleia da República para funcionarem durante as horas do Plenário, pelo que poderemos funcionar sem essa autorização da Sr.^a Presidente, atenta a natureza da Comissão, mas, depois, confirmaremos isto, Sr.^a Presidente.

Concordo, no essencial, em realizarmos a nossa reunião de coordenadores e decidirmos as questões que a Sr.^a Presidente suscitou, mas tenho uma dúvida que tem a ver com o ofício à Procuradoria-Geral da República. A ideia que tenho é a de que temos de perguntar à Sr.^a Procuradora-Geral da República se existem inquéritos pendentes e se eles impedem ou não a realização e a continuidade dos trabalhos desta Comissão.

A Sr.^a **Presidente**: — Temos de realizar esse expediente, Sr. Deputado, mas, entretanto, a carta de que vos dei conhecimento foi uma resposta da Sr.^a Procuradora-Geral da República, na sequência de carta que a Sr.^a Presidente da Assembleia da República lhe terá enviado, e é melhor proceder à sua leitura. É do seguinte teor:

«Venho, pelo presente, acusar a receção da comunicação referente à instauração de inquérito parlamentar e informar V. Ex.^a de que determinei, com carácter de urgência, a recolha dos elementos pertinentes e necessários para a informação a prestar, nos termos e para os efeitos a que alude o artigo 5.º da Lei n.º 5/93, de 1 de março, pelo que, muito em breve, será cumprido o solicitado».

Penso que a Sr.^a Procuradora-Geral da República leu a carta da Sr.^a Presidente da Assembleia da República, no cumprimento do referido artigo 5.º, que, sob a epígrafe «Informação ao Procurador-Geral da República», estabelece o seguinte: «1 — O Presidente da Assembleia da República comunica ao Procurador-Geral da República...» — e vemos aqui uma descoincidência entre o título dos cargos e quem os exerce, porque, neste caso, é uma Presidente da Assembleia da República e uma Procuradora-Geral —...

Risos.

... «... o conteúdo da resolução ou a parte dispositiva do requerimento que determine a realização de um inquérito.

2 — O Procurador-Geral da República informa a Assembleia da República se com base nos mesmos factos se encontra em curso algum processo criminal e em que fase.

3 — Caso exista processo criminal em curso, cabe à Assembleia deliberar sobre a eventual suspensão do processo de inquérito parlamentar até ao trânsito em julgado da correspondente sentença judicial».

Parece-me que, neste contexto, nós próprios poderemos perguntar à Sr.^a Procuradora-Geral da República se está em curso algum inquérito. É que não sei como é que foi feito o ofício do Gabinete da Sr.^a Presidente.

Assim, vamos fazer um ofício nesse sentido, para, depois, podermos deliberar sobre se se justifica ou não suspender esta Comissão de Inquérito.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, sendo a minha primeira intervenção nesta Comissão, quero saudar V. Ex.^a.

Presumo que o ofício da Sr.^a Presidente da Assembleia da República à Sr.^a Procuradora-Geral da República foi feito como forma de dar cumprimento ao disposto nesse artigo 5.º, o que nos dispensa, a nós, de o fazer.

Portanto, creio que a Sr.^a Procuradora-Geral da República, quando tiver essa informação, remetê-la-á à Sr.^a Presidente da Assembleia da República, que, por sua vez, nos habilitará com a informação necessária para que a Comissão decida o que fazer. Presumo que, neste momento, não se impõe que haja qualquer outra diligência da nossa parte, a não ser aguardar serenamente que a Sr.^a Procuradora-Geral da República nos informe o que tiver de informar.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr.^a Presidente, na sequência da intervenção do Sr. Deputado António Filipe, que cumprimento, penso que deveríamos ter acesso ao ofício da Sr.^a Presidente para a Procuradoria-Geral da República, para sabermos, efetivamente, o seu conteúdo.

A Sr.^a **Presidente**: — Sim, porque a pergunta pode não ter sido expressamente feita, uma vez que a resposta, realmente, é no sentido de que nos vai dar elementos e aquilo de que agora precisamos, para além dos elementos que a Sr.^a Procuradora-Geral da República entenda enviar-nos, é de saber se algum processo corre os seus trâmites na PGR (Procuradoria-Geral da República) e, nesse caso,...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, peço desculpa, permite-me...

A Sr.^a **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, penso que esse é o único objeto possível do ofício da Sr.^a Presidente da Assembleia da República, porque não vejo outra razão para a Sr.^a Presidente estar a contactar a Sr.^a Procuradora-Geral da República, a não ser para dar cumprimento ao artigo 5.º da Lei dos inquéritos parlamentares. E, para mim, também é óbvio que a Sr.^a Procuradora-Geral da República não sabe nem tem de saber, de memória, se existe ou não algum inquérito em curso

sobre o objeto concreto da Comissão de Inquérito. Portanto, creio que tudo está a correr normalmente, mas, obviamente, não há como esclarecer.

A Sr.^a **Presidente**: — Sim, Sr. Deputado António Filipe, é evidente que isso resulta desta resposta. O que nos falta aqui é o ofício da Sr.^a Presidente da Assembleia da República, o qual deve constar do processo, porque penso que só assim fica completo.

Também acompanho o Sr. Deputado no sentido de que, como é evidente, os elementos a que a Sr.^a Procuradora-Geral se refere são os elementos relativos à existência ou não de processos em curso na Procuradoria-Geral da República.

Portanto, vamos aguardar com calma e, logo que venha a resposta, darei conhecimento aos Srs. Deputados.

Preciso, talvez, de marcar uma data para a reunião de coordenadores...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, permite-me o uso da palavra?

A Sr.^a **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr.^a Presidente, quero fazer uma sugestão que creio não necessitar de esperar pela reunião de coordenadores.

Tem havido, noutras comissões parlamentares e, seguramente, na Comissão de Defesa Nacional, mas, eventualmente, noutras, diligências relacionadas com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, nomeadamente audições, e houve entidades que, certamente, enviaram a essas comissões parlamentares documentação que será importante para o objeto do nosso

inquérito. Portanto, a minha sugestão é a de que a Sr.^a Presidente possa diligenciar junto dos serviços de apoio às comissões, no sentido de que possam ser enviados os elementos que estão ao dispor das outras comissões parlamentares e que dizem respeito ao objeto desta Comissão e que nos possa, depois, atempadamente, ser entregue uma relação da documentação existente, porque isso poupar-nos-á à eventualidade de estar a solicitar documentação que a Assembleia já possui.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, já tínhamos tomado essa iniciativa, porque faz parte, um pouco, dos antecedentes que temos de reunir, e os serviços de assessoria da Assembleia da República à Comissão de Inquérito já estão a fazer esse levantamento.

Mas agradeço muito a sua chamada de atenção, até porque não havia referido isso na minha intervenção.

Srs. Deputados, por mim, posso fazer uma reunião com os Srs. Coordenadores amanhã, durante a manhã, pelas 10 horas e 30 minutos ou pelas 11 horas, mas creio que há reunião da 1.^a Comissão.

Então, e se conseguíssemos reunir-nos durante o Plenário? Parecer-vos bem ou não?

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Talvez por volta das 12 horas e 30 minutos, Sr.^a Presidente. Não lhe dá jeito?

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, tenho uma coisa marcada, mas talvez possa adiar um pouco esse compromisso.

Então, e pelas 14 horas e 30 minutos?

Pausa.

Dado que ninguém se opõe, peço à Sr.^a Dr.^a Fátima Abrantes Mendes que arranje uma sala para nos reunirmos amanhã e, depois, mandaremos uma mensagem a informar.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, mais alguém quer fazer alguma sugestão, dizer alguma coisa...

Pausa.

Não sendo o caso, agradeço a vossa colaboração e dou por encerrada esta primeira reunião.

Eram 16 horas e 36 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL